



Importa realçar que o ICOMOS participou, de forma consistente, na 1ª fase deste Debate não tendo obtido, até ao momento, qualquer resposta por parte da Câmara.

Queríamos, em primeiro lugar, expor a nossa discordância relativamente à decisão de desactivar as Unidades Hospitalares da Colina de Santana, sem que tenha havido uma reflexão prévia sobre todos os seus impactes. O novo Hospital de Todos os Santos é, em nossa opinião, um falso Projecto com todas as probabilidades de nunca vir a concretizar-se, mas que obriga já hoje, como se fosse inevitável, ao fecho e abandono irresponsável de uma série de estruturas de grande valor social e patrimonial, empurrando os doentes para outras unidades já superlotadas, ou para serviços saúde privados, como parece ser realmente o grande objectivo.

Entretanto, como se fosse a única solução, avança-se a grande velocidade com projectos de loteamento sem ligação real entre si, aos quais se acrescenta agora o embrulho do Plano Estratégico que realmente apenas surgiu por pressão dos cidadãos.

Segundo o que diz o próprio documento : “*a incerteza relativa à transferência das unidades hospitalares para o futuro Hospital(,,), a par do arrefecimento do mercado imobiliário torna impossível desenhar programas ou áreas de reabilitação, bem como contabilizar à priori, os meios financeiros públicos e privados a alocar à operação*”. Quer isto dizer, na prática, que se pretende avançar com projectos que, à partida, não apresentam uma garantia mínima de sustentabilidade.

Como todos sabem, esta área possui uma notável densidade de património classificado e inventariado, jardins históricos e eixos arborizados que constituem um importante valor cénico e de identidade que deveria ser respeitado.

A nosso ver, quer o Documento Estratégico, como o Projecto Urbano, partem de um não entendimento do que é esta zona de Lisboa ao se considerar necessário contrariar a génese das Unidades Cadastrais, por estas se apresentarem cercadas. Ora é exactamente esta característica que tem relação directa com a origem conventual de cada um destes espaços e que deveria ser respeitada. Como é possível considerar isto negativo numa cidade onde se autorizam todos os dias condomínios fechados?

Por outro lado, verifica-se que o programa aposta na vertente habitacional o que, numa altura em que existe saturação do mercado, nos parece absurdo.

Ao contrário do que defende o Documento Estratégico, considera-se que o “efeito de contaminação das grandes operações” será nefasto e arrastará este frágil e rico contexto urbano para um nunca acabar de obras e planos incompletos e desconexos.

Discordamos ainda profundamente da ideia de que estes conjuntos patrimoniais foram altamente penalizados com a função hospitalar, e que a saída dos hospitais é uma oportunidade para a sua valorização. Pelo contrário, consideramos que esta função conseguiu adaptar-se aos antigos conjuntos conventuais e suas cercas, exactamente o oposto do que hoje se propõe, invertendo-se a sua lógica urbana e promovendo a demolição massiva de edifícios. Considera-se ainda pura demagogia dizer-se que se pretende finalmente *promover a sua utilização e fruição*, sabendo nós como estes espaços foram e são intensamente utilizados pelos lisboetas, valendo-lhes sempre nos momentos de maior aflição. Com a privatização destas Unidades é que se negará o apoio médico de proximidade, aumentando o custo da habitação e criando condições para a gentrificação.

Demagogia ainda com laivos de ridículo é embrulhar este Programa de base especulativa, em conceitos como “**Colina do Conhecimento**” ou “**Eco-Bairro Histórico !**” Pergunta-se o que oferecem estas operações que possam substituir o que já existe de notável ao nível do **Património da Ciência** ? ou, como encarar este Plano como **Ecológico** quando se aposta na densificação da construção, impermeabilização de espaços e concentração de pessoas e viaturas?

Para terminar, queremos afirmar que o que a Colina necessita é que se mantenha e reforce a sua vocação de Espaço ligado à Saúde, e aí estamos de acordo com as propostas do Plano de criar novas unidades médicas, mas também que se crie a hipótese de, sem demolições extensivas, se disponibilizar espaços à iniciativa privada, nomeadamente clínicas e laboratórios.

Manter o carácter deste notável conjunto passará pela reabilitação das antigas estruturas, tal como se faz há anos nas principais capitais europeias onde, em zonas históricas, continuam a existir hospitais centenários onde ainda nascem reis e princesas!